Esporte paraolímpico no Brasil: De sua estruturação a sua consolidação

PALAVRAS CHAVE:

Movimento Paraolímpico Brasileiro.
Esporte para pessoas com deficiência.
Trajetória histórica.

SUBMISSÃO: 1 de Outubro de 2015
ACEITAÇÃO: 23 de Abril de 2016

AUTORES:

Vinícius Denardin Cardoso ¹
Marcelo de Castro Haiachi ²
Janice Zarpellon Mazo ³
Alberto Reinaldo Reppold Filho ³
Adroaldo Cezar Araújo Gaya ³

¹ Universidade Estadual
de Roraima – UERR

² Universidade Federal de Sergipe – UFS

³ Universidade Federal do Rio Grande
do Sul – UFRGS

<https://doi.org/10.5628/rpcd.16.01.59>

RESUMO

O esporte paraolímpico brasileiro é considerado uma potência paraolímpica emergente no cenário internacional. O país ganha visibilidade em decorrência da sua evolução no quadro de medalhas das principais competições e por ser o país sede do maior evento esportivo para pessoas com deficiência do mundo. O presente estudo busca realizar uma retrospectiva histórica da trajetória do movimento esportivo paraolímpico no Brasil. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, com buscas realizadas nas bases de dados nacionais e internacionais como: SCIELO, Pubmed e SportDiscus. Também foi consultado o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram selecionadas 39 publicações, realizadas entre 1990 e 2015. Foi possível identificar três principais fases do esporte paraolímpico brasileiro: fase de Estruturação (1958-1974), fase de Institucionalização (1975-1994) e fase da Consolidação (1995-2015). Ao conhecer a trajetória histórica do esporte paraolímpico brasileiro é possível compreender o desenvolvimento do esporte no país e facilitar o envolvimento maior da sociedade em ações que possam promover a continuidade do Brasil entre as principais potências paraolímpicas.

Correspondência: Vinícius Denardin Cardoso, Rua Felizardo 750, Jardim Botânico 90690-200, Porto Alegre, RS BRASIL. (vinicardoso@yahoo.com.br)

28. Laios, A, Moustakidis, A (2011). The setting pass and performance indices in volleyball. *Int J Perform Anal Sport* 11(1): 34-39.
29. Lames M, McGarry T (2007). On the search for reliable performance indicators in game sports. *Int J Perform Anal Sport* 7(1): 62-79.
30. Laporta L, Nikolaidis P, Thomas L, Afonso J (2015). Attack coverage in high-level men's volleyball: organization on the edge of chaos? *J Hum Kinet* 47(1): 249-257.
31. Maia N, Mesquita I (2006). Estudo das zonas e eficácia da recepção em função do jogador receptor no voleibol sênior feminino. *Rev Bras Educ Fís Esporte* 20(4): 257-270.
32. Marcelino R, Mesquita I, Afonso J (2008). The weight of terminal actions in volleyball: contributions of the spike, serve and block for the teams' rankings in the world league'2005. *Int J Perform Anal Sport* 8(2): 1-7.
33. Marcelino R, Mesquita I, Sampaio J (2010). Efficacy of the volleyball game actions related to the quality of opposition. *Open Sports Sci J* 3: 34-35.
34. Marcelino R, Mesquita I, Sampaio J (2011). Effects of quality of opposition and match status on technical and tactical performances in elite volleyball. *J Sports Sci* 29(7): 733-741.
35. Marelić N, Zufar G, Omrcen D (1998). Influence of some situation-related parameters on the score in volleyball. *Kinesiology* 30(2): 55-65.
36. Mesquita I, César B (2007). Characterisation of the opposite player's attack from the opposition block characteristics. An applied study in the Athens Olympic games in female volleyball teams. *Int J Perform Anal Sport* 7(2): 13-27.
37. Mesquita I, Palao J M, Marcelino R, Afonso J (2013). *Performance analysis in indoor volleyball and beach volleyball*. In: McGarry T, O'Donoghue P, Sampaio J (eds.). Routledge handbook of sports performance analysis, 367-379.
38. Monteiro R, Mesquita I, Marcelino R (2009). Relationship between the set outcome and the dig and attack efficacy in elite male volleyball game. *Int J Perform Anal Sport* 9(3): 294-305.
39. Nikos B, Elissavet NM (2011). Setter's performance and attack tempo as determinants of attack efficacy in Olympic-level male volleyball teams. *Int J Perform Anal Sport* 11(3): 535-544.
40. Nikos B, Karolina B, Elissavet NM (2009). Performance of male and male setters and attackers on Olympic-level volleyball teams. *Int J Perform Anal Sport* 9(1): 141-148.
41. Palao JM, Manzanares A, Ortega E (2009). Techniques used and efficacy of volleyball skills in relation to gender. *Int J Perform Anal Sport* 2: 281-293.
42. Palao JM, Santos JA, Ureña A (2004). Effect of team level on skill performance in volleyball. *Int J Perform Anal Sport* 4(2): 50-60.
43. Palao JM, Santos JA, Ureña A (2007). Effect of the manner of spike execution on spike performance in volleyball. *Int J Perform Anal Sport* 2: 126-138.
44. Papadimitriou K, Pashali E, Sermaki I, Mellas S, Paspas M (2004). The effect of the opponent's serve on the offensive actions of Greek setters in volleyball games. *Int J Perform Anal Sport* 4(1): 23-33.
45. Patsiaouras A, Moustakidis A, Charitonidis K, Kokaridas D (2010). Volleyball technical skills as winning and qualification factors during the Olympic Games 2008. *Int J Perform Anal Sport* 10 (2): 115-120.
46. Peña J, Rodríguez-Guerra J, Buscà B, Serra N (2013). Which skills and factors better predict winning and losing in high-level men's volleyball? *J Strength Cond Res* 27(9): 2487-2493.
47. Rodríguez-Ruiz D, Quiroga ME, Miralles JÁ, Sarmiento S, Saá Y, García-Manso JM (2011). Study of the technical and tactical variables determining set win or loss in top-level european men's volleyball. *J Quant Anal Sports* 7(1): 1-15.
48. Selinger A, Ackermann-Blount J (1986). *Arie Selinger's power volleyball*. New York: St. Martin's Press.
49. Silva M, Lacerda D, João PV (2014). Match analysis of discrimination skills according to the setter defence zone position in high-level volleyball. *Int J Perform Anal Sport* 14(2): 463-472.
50. Tabachnick B, Fidell L (2013). *Using multivariate statistics*. 6th ed. Boston: Allyn & Bacon.

Paralympic sport in Brazil: From structuring to consolidation

ABSTRACT

The Brazilian Paralympic sport is considered an emerging power in the international paralympic scene. The country achieve visibility due to evolution in the medals table of the main competitions and for being the host country's in the biggest sporting event for people with disabilities in world. This study aims to conduct a historical retrospective of the history of the Paralympic sports movement in Brazil. This is a systematic review of the literature, with searches performed in national and international databases: SCIELO, Pubmed and SportDiscus. Was also searched on the Digital Repository of Federal University of Rio Grande do Sul – UFRGS and Bank of Theses from Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). We selected 39 publications, conducted between 1990 and 2015. It was possible to identify three main phases of the Brazilian Paralympic sport: Structuring phase (1958-1974), Institutionalization phase (1975-1994) and Consolidation phase (1995-2015). By knowing the historical trajectory of the Brazilian Paralympic sport is possible to understand the development of sport in the country and facilitate the growing involvement of society in actions that can promote the continuity of Brazil among the main Paralympic powers.

KEY WORDS:

Brazilian Paralympic Movement.
Sport for people with disabilities.
Historical trajectory.

INTRODUÇÃO

A prática de atividades físicas por pessoas com deficiência vem sendo evidenciada desde a Grécia Antiga ⁽¹⁷⁾. Todavia, os esportes para essa população tiveram seu desenvolvimento acentuado logo após a II Guerra Mundial, período este marcado pela intensa reabilitação de ex-combatentes de guerra ⁽³²⁾. Assim, através de adequações e modificações em regras, materiais e locais, criaram-se esportes adaptados para possibilitar a participação de pessoas com deficiências em diversas modalidades esportivas ⁽⁵⁾.

Os esportes adaptados iniciaram como uma tentativa de colaborar no processo terapêutico e logo obtiveram muitos adeptos ^(16, 17). A prática esportiva passou a ser uma ferramenta de reabilitação e, ao mesmo tempo, um meio de engajamento social ^(4, 39). Desta forma, os esportes adaptados passaram a ser considerados facilitadores no processo de reabilitação, pelos benefícios motores, psicológicos e sociais, e ainda, por possibilitar o lazer e a competição para as pessoas com deficiência ^(18, 23, 27, 30, 33).

A prática esportiva é apontada como eficaz para a promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência ^(4, 36, 37). Entretanto, persiste o questionamento sobre a capacidade desses atores de vivenciarem o esporte no alto rendimento. Ainda se mantém a representação da pessoa com deficiência como incapaz, um estigma difícil de ser alterado, como também de ser invisível. Por outro lado, o atleta com deficiência, pela capacidade de superação de suas limitações que são evidenciadas a cada edição dos Jogos Paralímpicos ^(a), produz uma representação de "superatleta" e "super-humano" ^(b).

O esporte paraolímpico caracteriza-se pela busca do rendimento máximo, do melhor desempenho em modalidades praticadas por pessoas com deficiência ^(15, 25). No Brasil, o esporte paraolímpico vive um momento de grande crescimento em virtude dos resultados positivos ao longo dos últimos anos ⁽¹³⁾. A contínua progressão no quadro de medalhas faz com que o Brasil seja visto como uma das novas potências paraolímpicas do mundo ⁽³⁴⁾. Para os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016, a meta estipulada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) é passar da 7ª colocação, conquistada em Londres 2012, para a 5ª colocação ⁽⁷⁾.

Assim, tendo em consideração todo o envolvimento de instituições públicas e da comunidade científica para a realização dos Jogos Paralímpicos Rio de Janeiro 2016, é relevante realizar uma retrospectiva histórica detalhada do esporte paraolímpico no Brasil. Desta forma, o presente estudo tem objetivo de resgatar os cenários históricos do esporte paraolímpico no Brasil, mais especificamente no que diz respeito à prática do esporte de alto rendimento, demarcando os diferentes períodos no tempo e espaço.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura, com abordagem qualitativa, que procurou examinar a produção de conhecimento sobre o esporte paraolímpico brasileiro. A busca foi realizada nas seguintes bases de dados nacionais e internacionais: SCIELO, Pubmed e SportDiscus. Para outras publicações (livros e teses) recorreu-se aos catálogos disponíveis no Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ainda buscas manuais em referências impressas foram realizadas na biblioteca da UFRGS e buscas eletrônicas em sites institucionais. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: (i) esporte paraolímpico no Brasil; (ii) esporte para pessoas com deficiência no Brasil; (iii) movimento paraolímpico no Brasil; (iv) paralympic Sport in Brazil; (v) sport for people with disabilities in Brazil; e (vi) Brazilian paralympic movement. Os critérios de inclusão foram os seguintes: (i) publicações em periódicos indexados; (ii) estudos publicados em língua portuguesa ou inglesa; (iii) estudos completos e disponíveis na íntegra. Foram selecionadas 39 publicações, realizadas entre 1990 e 2015, sendo excluídas produções em duplicidade e que não apresentaram contribuições relevantes para o presente estudo. O fluxograma apresentado na figura 1 descreve detalhadamente o processo de seleção dos estudos.

FIGURA 1. Fluxograma de seleção dos estudos

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a análise das informações sugerimos a apresentação dos resultados em três períodos de tempo: fase de Estruturação (1958-1974), fase de Institucionalização (1975-1994) e fase da Consolidação (1995-2015).

FASE DE ESTRUTURAÇÃO (1958-1974)

Os primeiros movimentos relacionados com a pessoa com deficiência no Brasil acompanharam o cenário internacional. A partir das ideias humanistas apresentadas ao mundo nasce uma nova perspectiva para as pessoas antes excluídas socialmente de se tornarem produtivas e ativas na sociedade. A criação do *Institution des Sourds de Naissance*, hoje chamado de *Institut National des Jeunes Sourds* (Charles Michel de L'Épée – 1760) e do *Institut Royal des Jeunes Aveugles*, hoje chamado de *Institut National des Jeunes Aveugles* (Valentin Haüy – 1784), ambos em Paris (França), acende a possibilidade de se desenvolverem formas de comunicação que facilitem a educação de jovens surdos, mudos e cegos, culminando com a criação do sistema Braille – para cegos e da língua de sinais – para surdos (19, 20).

Em 1854, o movimento humanista chega ao Brasil com a inauguração pelo imperador Dom Pedro II do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje chamado Instituto Benjamin Constant, o qual é um centro de referência nacional para questões relacionadas à deficiência visual (24). Dois anos depois, Dom Pedro II inaugura também o Collégio Nacional para Surdos-Mudos, hoje chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos (21). Com a criação destas duas instituições de ensino, é possível que, em algum momento, seguindo a tendência internacional, a prática esportiva tenha estado presente nestes locais.

O esporte adaptado ganha maior relevância no Brasil a partir de 1958, quando são fundados os dois primeiros clubes esportivos para atender pessoas em cadeira de rodas: o Clube do Otimismo (Rio de Janeiro) e o Clube dos Paraplégicos (São Paulo). A iniciativa de organização destes clubes foi de Robson Sampaio de Almeida e Sérgio Serafim Del Grande, os quais fizeram um período de reabilitação no instituto *Kessler* em *Wiste Orange*, em Nova Jersey, Estados Unidos, onde conheceram o esporte enquanto terapia. Este fato pode ser considerado como pioneiro já que, anteriormente a esta data, poucas eram as opções de prática esportiva para pessoas com deficiência no país. Ao adquirirem conhecimentos e informações referentes ao basquete em cadeira de rodas, resolvem criar as duas primeiras equipes da modalidade: uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro (1, 6, 17, 29, 32).

Esta iniciativa é incentivada com a realização de uma partida de exibição da equipe de cadeira de rodas *PAN JETS* formada por funcionários deficientes da *Pan American World Airlines*. Foi organizado duas apresentações no Brasil, uma no ginásio do Ibirapuera em São Paulo e outro no ginásio do Maracanzinho no Rio de Janeiro. O evento só foi possível graças à intervenção de Sérgio Seraphim Del Grande que conheceu a equipe durante o período que passou fazendo reabilitação nos Estados Unidos (21).

As dificuldades foram imensas, já que os atletas não tinham acesso a cadeiras esportivas tendo que muitas vezes utilizar sua própria cadeira, pouco recomendada para prática esportiva, em função da dificuldade de movimentação, equilíbrio e segurança. Mesmo com todos estes desafios em vista, foi possível organizar um ano depois, em 1959, no Rio de Janeiro, a primeira partida de basquete em cadeira de rodas. O evento foi realizado no Ginásio do Maracanãzinho entre as equipes do Clube do Otimismo (RJ) e do Clube dos Paraplégicos (SP). A partida terminou com a vitória da equipe paulista (22 a 16) iniciando uma rivalidade entre as equipes ⁽²⁸⁾.

Os anos que se sucedem são marcados pelos vários confrontos entre as equipes paulista e carioca. Jogos de exibição e excursões são organizados na perspectiva de aumentar o número de praticantes no país. Tais eventos repercutiram na participação de atletas brasileiros em eventos internacionais.

A primeira participação internacional aconteceu no ano de 1969, quando atletas cariocas e paulistas representaram o país nos II Jogos Parapanamericanos, realizado em Buenos Aires, Argentina ⁽⁵⁾. Com estrutura recente e pouca informação, o objetivo inicial da delegação era conhecer as modalidades que integravam o quadro de esportes paralímpicos e possibilitar aos Brasileiros a integração com atletas de outros países. Mesmo assim, o Brasil conquistou sua primeira medalha em competições internacionais obtendo uma medalha de prata nos 800 metros rasos por Walter Lemos Sales ^(14, 21). Os atletas brasileiros também participaram da edição seguinte dos Jogos Parapanamericanos, em 1971, na Jamaica.

A expressiva participação de atletas brasileiros nos eventos contribuiu para que no ano de 1972 fossem enviados atletas para os IV Jogos Paralímpicos, na cidade de Heidelberg, Alemanha. A primeira delegação Brasileira em Jogos Paralímpicos tinha 20 atletas que participaram das competições em quatro modalidades: atletismo, natação, tiro com arco e basquete em cadeira de rodas ⁽²²⁾. A participação não rendeu nenhuma medalha para o país, mas serviu de incentivo para os atletas e certamente impulsionou o desenvolvimento do esporte no país, que no ano seguinte, em 1973, participou novamente dos Jogos Parapanamericanos, no Perú ^(21, 29). Em 1974, o Brasil participou dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville.

FASE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO (1975-1994)

A participação em eventos internacionais gerou a necessidade de uma melhor organização do esporte paraolímpico no país. Até então, a gestão esportiva neste campo não estava bem definida, o que pode ser evidenciado nos Jogos Pan-Americanos em Cadeiras de Rodas, realizado na Cidade do México, México, em 1975, quando estiveram presentes duas delegações brasileiras ao evento. Atribuiu-se o surpreendente fato ao problema de comunicação entre os dirigentes do esporte paraolímpico no cenário brasileiro. Por exigência da *International Stoke Mandeville Games*, entidade responsável pelo desenvolvimento do esporte em cadeira de rodas no mundo, foi criada a Associação Nacional de Desporto de

Excepcionais, hoje Associação Nacional de Desporto de Deficientes (ANDE) ⁽²⁹⁾. A entidade tornou-se a única representante do país internacionalmente.

A ANDE passou a atuar e organizou a participação do país nos Jogos Paralímpicos de 1976, em Toronto, Canadá. Foram conquistadas as primeiras medalhas paraolímpicas no *laws Balls* ^(d), pelos atletas Robson Sampaio de Almeida e Luis Carlos Coutinho ^(21,29). Aos poucos, o esporte paraolímpico Brasileiro difundia-se no país e os eventos contribuíram para tal. Por exemplo, em 1978, foram realizados os Jogos Pan-Americanos em Cadeira de Rodas no Rio de Janeiro ⁽⁹⁾. Dois anos depois, 14 atletas Brasileiros das modalidades de basquete em cadeira de rodas, atletismo e natação participaram dos Jogos Paralímpicos de Arnhem, Holanda, em 1980.

Uma mudança estrutural no campo do esporte paraolímpico no Brasil ocorreu no ano de 1984, quando a ANDE teve seus poderes oficialmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Desporto (CND), na época responsável pela organização esportiva no país. A entidade agregou todos os esportes praticados por atletas com deficiência com exceção dos esportes para surdos, o qual apresentou seu movimento de forma independente desde a fundação da Federação Carioca de Surdos Mudos em 1959 ^(12, 28, 32).

Este momento também marcou o princípio da estruturação do esporte paralímpico brasileiro, aumentando as perspectivas de participações brasileiras em eventos internacionais como também para sediar eventos internacionais. Nos VII Jogos Paralímpicos de 1984, os atletas brasileiros conquistaram 28 medalhas, sendo sete de ouro, 17 de prata e quatro de bronze ⁽²³⁾. Vale a ressalva, que este evento foi realizado em duas cidades diferentes devido às dificuldades dos organizadores em viabilizar sua realização no mesmo local. Então, foram realizadas as competições para atletas em cadeira de rodas em Aylesbury (Reino Unido) e as demais modalidades esportivas sediadas na cidade de Nova York (Estados Unidos).

Os relevantes resultados conquistados nos Jogos Paralímpicos impulsionaram o desenvolvimento do esporte paraolímpico no Brasil, inclusive com a divisão de diferentes tipos de deficiência nas modalidades esportivas. Todavia, em função dos diversos entraves que o esporte paraolímpico enfrentava no país, foi necessário criar novas entidades para atender as pessoas que se interessavam pela prática esportiva. Foi organizada a Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC), a Confederação Brasileira de Desportos para Surdos (CBDS) e a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR) no ano de 1984 ⁽¹¹⁾.

As novas entidades contribuíram para a visibilidade e o incremento da prática esportiva no país. Houve também avanços na organização do esporte paraolímpico no país repercutindo na duplicação do número de atletas brasileiros na VIII Jogos Paralímpicos em Seul (Coreia do Sul), no ano de 1988. Além disso, identificou-se na representação brasileira uma grande diversificação de modalidades: atletismo, natação, judô, tênis de mesa, basquete em cadeira de rodas. Foram conquistadas medalhas nas competições de atletismo, natação e judô e o Brasil ratificou sua posição no quadro geral dos melhores resultados, ocupando a 25ª posição dos 61 países participantes.

Nesse período a participação das delegações brasileiras nos Jogos Paralímpicos era chefiada por uma Comissão Paradesportiva Brasileira. A comissão era composta por dois representantes do governo federal, um representante da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação (SEED/ MEC), um representante da Coordenadoria para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE), que na época estava vinculada à Presidência de República, e pelos presidentes da ABDC, ABRADCAR e ANDE. Tal composição revela que o esporte paraolímpico no Brasil ainda estava no início de uma fase de institucionalização, mas com grandes perspectivas de desenvolvimento, pois novas entidades eram organizadas no país, como: a Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Mentais (ABDEM), em 1989 e a Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA) em 1990.

A organização de tantas entidades dedicadas a fomentar o esporte paraolímpico no Brasil, e também com a fundação do *International Paralympic Committee*, no ano de 1989 (que assume a direção do movimento esportivo para pessoas com deficiência) repercutiria positivamente no cenário esportivo brasileiro. Contudo, do ponto de vista de gestão administrativa, os problemas ainda não tinham sido superados.

A comissão composta para os Jogos Paralímpicos de 1988 tinha sido desmantelada e se fazia necessário à composição de outra comissão visando a participação do Brasil nos IX Jogos Paralímpicos na cidade de Barcelona (Espanha) em 1992. Vale lembrar que a primeira estruturação foi montada no Ministério da Educação, e a nova comissão estava ligada a Secretaria de Esportes da Presidência da República ⁽²⁸⁾. Neste período, a CORDE vinculou-se ao Ministério da Justiça e além desta e demais representações de órgãos e entidades já estipuladas na primeira comissão, foi incluída a ABDA na nova comissão ⁽²²⁾.

Os problemas administrativos atrapalharam a preparação da delegação brasileira para o IX Jogos Paralímpicos de 1992. Entretanto, os entraves do esporte paraolímpico foram considerados na elaboração da Lei nº 8672, de 6 de julho de 1993 (conhecida como Lei Zico) que possibilitou a criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) em 1995.

FASE DE CONSOLIDAÇÃO (1995-2015)

Como referido anteriormente, o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) foi criado em 1995. Esta entidade tinha como principal função unificar as entidades esportivas, visando organizar e proporcionar o desenvolvimento do esporte paraolímpico no país. O esporte paraolímpico brasileiro, estruturado e sob a coordenação do CPB, começa sua participação em competições internacionais de maneira organizada. Já no ano seguinte, o país participa dos X Jogos Paralímpicos, em Atlanta (Estados Unidos). Também é válido destacar que a partir desse momento, o CPB começa a buscar fontes de financiamento para o esporte paraolímpico. Em 1998, o CPB obteve o primeiro patrocínio com a PETROBRÁS, no valor de 216 mil reais ⁽¹⁰⁾, esse

valor foi fundamental para o CPB começar a atingir uma de suas prioridades, que era dar visibilidade ao atleta com deficiência através da participação de competições internacionais.

Nos XI Jogos Paralímpicos na cidade de Sydney (Austrália), em 2000, os resultados do planejamento começam a aparecer por meio de uma melhor posição no quadro geral de medalhas. E, um novo impulso financeiro foi dado ao CPB por meio da aprovação da Lei nº 10.264, conhecida como Lei Agnelo Piva, em julho de 2001. Através desta lei, 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país são repassadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao CPB. Do total de recursos, 85% são destinados ao COB e 15% ao CPB ⁽²⁾. Segundo Severino Neto ⁽³⁵⁾, a Lei Agnelo Piva representou um grande diferencial no cenário esportivo paraolímpico brasileiro, permitindo a formulação e o desenvolvimento de um planejamento estratégico para todo o país.

Por meio de outra ação governamental o desenvolvimento do esporte paraolímpico brasileiro foi favorecido através do suporte financeiro. A Lei nº 10.891 de 2004, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 5.342 de 2004, instituiu a Bolsa-Atleta, o mais importante programa de incentivo financeiro ao esporte no país. Trata-se de um programa de financiamento do governo federal aos atletas de rendimento do país ⁽³⁾.

Os resultados dos atletas paraolímpicos brasileiros tornaram-se mais expressivos na edição dos XII Jogos Paralímpicos de Atenas (Grécia). Para Novais e Figueiredo ⁽³¹⁾, os jogos de 2004 foram um marco na relação do movimento paraolímpico com a mídia brasileira. Foi o início de uma maior visibilidade nos meios de comunicação no país.

A participação brasileira nos XIII Jogos Paralímpicos de Beijing (China) solidificou a visibilidade da mídia brasileira ao esporte paraolímpico. O Brasil participou com a quarta maior delegação dentre os países, com 319 integrantes e 188 atletas, competindo em 17 das 20 modalidades. O resultado final de 47 medalhas, sendo 16 de ouro, 14 de prata e 17 de bronze, posicionou o Brasil no grupo das 9 maiores potências do esporte paraolímpico. Ressalta-se que no ano de 2008, o CPB recebeu cerca de R\$ 15 milhões de patrocínio das loterias da caixa e R\$ 2 milhões da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) ⁽²⁶⁾. Embora, o patrocínio ficasse aquém do recebido pelo esporte olímpico, os resultados dos atletas paraolímpicos Brasileiros nos Jogos Paralímpicos de Beijing em 2008 foram admiráveis.

No ano seguinte, em 2009, o esporte brasileiro conquistaria um marco histórico ao ter sua candidatura escolhida para sediar os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de então, o país vive um misto de euforia, mas também de preocupação para estabelecer as condições necessárias à realização dos eventos e ao desempenho esperado do país sede. Desde a escolha como sede, o CPB preparou seu planejamento estratégico para os atletas paraolímpicos brasileiros alcançarem a meta para os Jogos, a 5ª colocação e figurar entre os países mais vitoriosos nos Jogos Paralímpicos.

Nos XIV Jogos Paralímpicos de Londres (Reino Unido), o Brasil ocupou a sétima colocação no quadro de medalhas. Identificou-se neste evento, a elevação do nível técnico dos atletas em modalidades de pouca expressão em edições anteriores, como esgrima e o *goalball*. Mas também se ratificou o desempenho de atletas em modalidades como futebol de 5, judô e bocha, bem como confirmou-se o atletismo e a natação como destaques do Brasil. Na Figura 2, apresentamos a posição do Brasil e o número de medalhas em Jogos Paralímpicos.

FIGURA 2. Posição no ranking e número de medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Paralímpicos.

Para os Jogos Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, a meta estipulada pelo CPB é o 5º lugar. Com números cada vez mais positivos, divulgação mais abrangente das modalidades paraolímpicas, novos e renomados investidores dentro do esporte paraolímpico, a ampliação na injeção de recursos ao CPB, tudo isso contribui com a expectativa de que o nosso país se consolide como uma das grandes potências Paraolímpicas do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte paraolímpico no Brasil seguiu a tendência internacional, partindo de iniciativas educacionais, recreativas, terapêuticas e de reabilitação. Principalmente nas duas últimas décadas, tem passado por processos de mudança significativas com relação ao seu enfoque e à tecnologia empregada. Para além dos objetivos iniciais, avançou-se na busca do alto rendimento esportivo. Esse cenário tem sido cada vez mais o foco da atenção de pesquisadores e estudiosos do esporte.

Atualmente o Brasil é considerado uma potência do esporte paraolímpico, conforme sua ascensão no quadro de medalhas e na classificação final na última edição dos Jogos Paralímpicos (2012). Percebe-se o envolvimento do CPB e do Ministério do Esporte no apoio, suporte e ampliação do número de praticantes; nas competições de alto nível em diversas modalidades e deficiências; na criação da Academia Paralímpica Brasileira em conjunto com universidades do país; na organização e capacitação de recursos humanos (classificadores, treinadores e arbitragem), no financiamento para o treinamento e intercâmbio dos atletas; e ainda, na realização de eventos e competições esportivas de nível nacional e internacional.

Dessa forma, através de ações estruturadas, o esporte paraolímpico cresce aceleradamente no Brasil, com a possibilidade de permanecer entre as grandes potências mundiais. O aprimoramento do conhecimento de métodos e procedimentos de avaliações de atletas com deficiência, o crescente número de atletas brasileiros em competições nacionais e internacionais e as estratégias para renovação de novas gerações de atletas paraolímpicos no país. Assim, por meio de um planejamento estratégico e de ações efetivas é provável que o Brasil atinja sua meta nos Jogos Paralímpicos de 2016.

Ao trabalhar com o resgate do cenário esportivo paraolímpico brasileiro ao longo dos seus 57 anos de história (1958-2015) é possível ampliar a compreensão sobre o fenômeno e identificar os caminhos que levaram ao sucesso ou fracasso, projetando novas perspectivas para que mais pessoas com deficiência tenham acesso ao esporte de alto rendimento.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Esporte – Brasil, Projeto Referências do Esporte Nacional de Alto Rendimento e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsas de estudos e de produtividade científico.

A – Em novembro de 2011, o termo "paraolímpico" foi alterado para "paralímpico". Essa mudança, oficializada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) ocorreu a pedido do *International Paralympic Committee* (IPC), com a finalidade de alcançar a universalização do termo e suas derivações (CPB, 2011)⁽⁸⁾. Posteriormente aos Jogos Paralímpicos de 2012, a Presidente da República, Dilma Rousseff decidiu vetar o uso do termo "paralímpico" em documentos oficiais. Por orientação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), o Portal Brasil adotará o mesmo padrão usado em textos governamentais.

B – O termo "super-atleta" vem sendo utilizado pelo Comitê Paralímpico Português desde 1999, a partir de uma campanha de marketing visando dar suporte aos atletas portugueses para os Jogos Paralímpicos. Até 2008, o projeto funcionou e cumpriu seu papel⁽³⁸⁾.

C – A modalidade precursora da bocha e com os mesmos princípios, contudo era jogada na grama e por atletas paraplégicos⁽¹⁾.

1. Araújo PF (1997). *Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.
2. Benfica DT (2012). *Esporte paralímpico: analisando suas contribuições nas (re)significações do atleta com deficiência*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil.
3. Brasil (2005). *Decreto-Lei nº 5.342, de 14 de Janeiro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.891, de 9 de Julho de 2004 que institui a Bolsa-Atleta*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5342.htm
4. Brazuna MR, Castro EM (2001). A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. *Motriz* 7(2): 115-23.
5. Cardoso VD (2011). A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. *Rev Bras Cienc Esporte* 33(2): 29-39.
6. Cidade REA, Freitas OS (2002). *Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência*. Curitiba: UFPR – Editora Universidade FE.
7. Comitê Paralímpico Brasileiro (2010). *Planejamento estratégico 2010-2016*. Disponível em <http://www.cpb.org.br/wp-content/uploads/Planejamento-Estrategico-2010-2016.pdf>.
8. Comitê Paralímpico Brasileiro (2011). *Um novo tempo*. <http://www.cpb.org.br/um-novo-tempo/>
9. Comitê Paralímpico Brasileiro (2014). *Movimento Paralímpico no Brasil*. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/movimento-paralimpico/movimento-paraolimpico-no-brasil/>.
10. Comitê Paralímpico Brasileiro (2014). *Confira os 19 momentos mais marcantes do CPB. 10 de fevereiro de 2014*. Twitter: Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB. Disponível em: <https://twitter.com/cpboficial/status/432930908941733889>
11. Conde AJM, Sobrinho PAS, Senatore V (2006). *Introdução ao movimento paraolímpico: manual de orientação para professores de educação física*. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro.
12. Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos (2014). *Uma história de sucesso*. Disponível em <http://www.cbds.org.br/historia.php>.
13. Costa AM, Santos SS (2002). Participação do Brasil nos Jogos Paraolímpicos de Sydney: apresentação e análise. *Rev Bras Med Esporte* 8(3): 70-76.
14. Florence RBP (2009). *Medalhistas de ouro nas Paraolimpíadas de Atenas 2004: reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
15. Gold JR, Gold MM (2007). Access for all: the rise of the Paralympic Games. *J R Soc Promot Health* 127(3): 133-141.
16. Goosey-Tolfrey VL (2005). Physiological profiles of elite wheelchair basketball players in preparation for the 2000 Paralympic Games. *Adapt Phys Activ Q* 22(1): 57–66.
17. Gorgatti MG, Gorgatti T (2005). O esporte para pessoas com necessidades especiais. In: Gorgatti, MG, Da Costa, RF (orgs.). *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. Barueri, Brasil: Manole, 532-568.
18. Hutzler Y (1993). Physical performance of elite wheelchair basketball players in armcranking ergometry and in selected wheeling tasks. *Paraplegia* 31(4): 255-261.
19. Institut National des Jeunes Aveugles (2015). *Histoire de I'INJA*. Disponível em <http://www.inja.fr/Exploitation/Default/historique.aspx>.
20. Institut National des Jeunes Sourds (2015). *L' historique*. Disponível em <http://www.injs-paris.fr/page/lhistorique>.
21. Instituto Nacional de Educação de Surdos (2015). *História do INES*. Disponível em: http://portalines.ines.gov.br/ines_portal_novo/?page_id=1078.
22. International Paralympic Committee (2014). *Historical results database*. Disponível em: <http://www.paralympic.org/results/historical>
23. Labrocini RHDD (1997). *O esporte como fator de integração do deficiente físico na sociedade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.
24. Lemos FM, Ferreira PF (1995). Instituto Benjamin Constant: uma história centenária. *Rev Benjamin Constant* 1(1): 1-8.
25. Marques RF, Duarte E, Gutierrez GL, Almeida JGG, Miranda TJ (2009). Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. *Rev Bras Cienc Esporte* 23(4): 365-77.
26. Marques RF, Gutierrez GL, Almeida JGG, Menezes RP (2013). Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro. *Rev Bras Educ Fis Esporte* 27(4): 583-596.

27. Marques UM, Castro JAM, Silva MA (2001). Actividade física adaptada: uma visão crítica. *Rev Port Cienc Desporto* 1(1): 73-79.
28. Mauerberg-de-Castro E (ed.) (2005). *Atividade física adaptada*. Ribeirão Preto, Brasil: Tecmed.
29. Mauerberg-de-Castro E, Toloi GG, De Souza REC (2005). Esporte para deficientes: do alto rendimento ao esporte de participação. In: Mauerberg-de Castro E (ed.). *Atividade física adaptada*. Ribeirão Preto, Brasil: Tecmed, 437-483.
30. Molik CB, Laskin JJ, Kosmol A, Skucas K, Bida U (2010). Relationship between functional classification levels and anaerobic performance of wheelchair basketball athletes. *Res Q Exerc Sport* 8(1): 69-73.
31. Novais RA, Figueiredo TH (2010). A visão bipolar do pódio: olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line de Brasil e de Portugal. *Logos* 33(17): 78-89.
32. Parsons A, Winckler C (2012). Esporte e a pessoa com deficiência: contexto histórico. In: Mello, MT, Winckler C (eds.). *Esporte paralímpico*. São Paulo: Editora Atheneu, 1-14.
33. Porto YC, Almeida M, De Sá CK, Schwingel PA, Zoppi CC (2008). Anthropometric and physical characteristics of motor disabled paralympic rowers. *Res Sports Med* 16(3): 203-212.
34. Reis R (2014). *Políticas públicas para o esporte paralímpico brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
35. Severino Neto V (2006). O futuro mais que presente. In: Veríssimo AW (ed.). *Atletismo paraolímpico: manual de orientação para professores de educação física*. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro.
36. Shepard RJ (1991). Benefits of sport and physical activity for the disabled: implications for the individual and for society. *Scand J Rehab Med* 23(2): 51-59
37. Sherril C (1999). Disability sport and classification theory: a new era. *Adapt Phys Activ Q* 16(3): 206-215.
38. Sousa A, Correia R, Pereira AL (2013). Desporto Paralímpico em Portugal: Da sua génese à atualidade. *Rev Port Cienc Desp* 13(1): 93-112.
39. Wheller GD, Steadward RD, Legg D, Hutzler Y, Campbell E, Johnson A (1999). Personal investment in disability sport careers: An international study. *Adapt Phys Activ Q* 16(3): 219-237.

AUTHORS:

Cláudio Filipe Guerreiro Farias ¹
 Isabel Maria Ribeiro Mesquita ¹
 Peter Andrew Hastie ²

¹ CIFI2D, Faculdade de Desporto,
 Universidade do Porto, Porto, Portugal

² School of Kinesiology, Auburn
 University, Alabama, USA

<https://doi.org/10.5628/rpcd.16.01.73>

The Sport Education Model: Research update and future avenues for practice and investigation

KEYWORDS:

Physical Education. Student-centred
 approaches. Sport education model.
 Research update.

SUBMISSÃO: 6 de Janeiro de 2016

ACEITAÇÃO: 27 de Março de 2016

ABSTRACT

The Sport Education Model is likely the most prominent second-generation curriculum alternatives to the often-dominant teacher-centred direct instruction approaches. The main goal of this paper was to conduct a systematized analysis of two decades of research on sport education in order to identify critical conceptual and methodological concerns and inform future directions for practice and research toward development of a more matured model. The scope of this essay includes a contextualization of the contemporary shift from teacher-centred to student-centred approaches for teaching physical education; the conceptual roots, structural features, and educational goals of sport education; the thematic and methodological examination of empirical research on the model; and conclusions and future avenues for research. Two main areas of intervention were identified: the need to safeguard *competency* development through coaching preparation protocols and in-depth examination of instructional interactions conducted by student-coaches; and the examination of, and intervention upon, the power and relational dynamics operation during peer interactions that either restrain or facilitate students' access to more equitable and inclusive participation. It is suggested that the adoption of a transformative agenda through action research designs, ethnographic, case study, and longitudinal data collection protocols are indispensable key vehicles for enhancing the model.

Corresponding author: Isabel Maria Ribeiro Mesquita. CIFI2D, Faculdade de Desporto. Rua Dr. Plácido Costa, 91, 4200-450 Porto, Portugal. Phone: +351 220425200. Fax: +351 225500689. E-mail: imesquita@fade.up.pt